



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
VI CURSO DE COMANDO E DIREÇÃO POLICIAL

Trabalho Individual Final

Organização das Comunicações Rádio de Segurança
Pessoal em Grandes Eventos

Auditor

Rafael Mendonça Fernandes Sequeira Martins

Lisboa, 10 de outubro de 2025

Resumo

A atividade do Corpo de Segurança Pessoal é pontualmente realizada em contexto de Grandes Eventos. Neste tipo de policiamentos, são diversas as valências, policiais ou outras, envolvidas e diferentes as etapas da coordenação, quer no exercício da Segurança Pessoal, quer na sua ligação às restantes valências. A resposta a esta necessidade de coordenação é complexa e deve ser garantida através de procedimentos sistematizados e definidos. É nestes procedimentos que se enquadram as comunicações rádio.

Este estudo, combinando a revisão de literatura com entrevistas realizadas a polícias com experiência neste tipo de policiamento, debruçou-se sobre a organização das comunicações rádio de Segurança Pessoal em Grandes Eventos, apresentando um modelo, na perspetiva do Corpo de Segurança Pessoal, que procure responder à necessidade de uma ação integral no policiamento e efetivar os conceitos de Comando e Controlo.

Palavras-chave: Comando e Controlo; Comunicações Rádio; Grandes Eventos; Segurança Pessoal

Abstract

The activity of the Close Protection Unit is occasionally carried out in the context of Major Events. In this type of policing, various capabilities—both police-related and others—are involved, and the coordination process includes different stages, both in the execution of Close Protection and in its connection to other capabilities. The response to this need for coordination is complex and must be ensured through systematic and well-defined procedures. It is within these procedures that radio communications are situated.

This study, combining a literature review with interviews conducted with police officers experienced in this type of policing, focused on the organization of Close Protection radio communications in Major Events. It presents a model, from the perspective of the Personal Security Corps, aimed at addressing the need for integrated policing action and implementing the concepts of Command and Control.

Keywords: Close Protection; Command and Control; Major Events; Radio Communications

Índice

Introdução.....	4
Metodologia.....	6
Estado da Arte.....	8
Apresentação dos Resultados das Entrevistas	13
Conclusões.....	15
Recomendações	16
Primeiro momento: Deslocações das AE para o local do GE.....	17
Segundo momento: as AE dentro das instalações do local do GE.....	20
Terceiro momento: partida das AE do local do GE	21
Referências Bibliográficas.....	24
Apêndice A - Guião da Entrevista	26
Apêndice B – Quadro Categorical e Principais Excertos da Análise de Conteúdo.....	27

Introdução

O exercício da Segurança Pessoal (SP) de Altas Entidades (AE) é uma competência exclusiva da Polícia de Segurança Pública (PSP), cumprida pelo Corpo de Segurança Pessoal (CSP). Atualmente, é a alínea c), do número 3 do artigo 3º da Lei Orgânica da PSP que lhe

atribui essa responsabilidade de “garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras”.

O exercício da SP é feito, amiúde, em contexto de Grandes Eventos (GE), onde a necessidade de coordenação entre as equipas do CSP; entre as equipas do CSP e demais valências policiais, nomeadamente o Trânsito ou o Policiamento; e entre as equipas do CSP e outras entidades presentes, nomeadamente o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), é maior. O cumprimento desta missão, realizado em contexto de GE, pressupõe, assim, uma unidade de ação entre todas as componentes do policiamento.

Criar essa unidade de ação num GE é uma tarefa complexa, quer pela presença das diferentes missões presentes, complementares entre si, quer pela dinâmica da ação, que, no caso específico do CSP, altera-se ao longo do evento. A resposta a este problema é feita através do planeamento e na previsão de mecanismos que corporizem esta ação una e coordenada.

É nestes mecanismos que estão incluídas as comunicações rádio, devendo ser pensadas para ajudar a coordenar toda a ação. Assim, este trabalho, começando da pergunta de partida: “Como é que se devem organizar as comunicações rádio de SP em GE?”, visa ajudar a responder a esta necessidade, inserindo-se no tema da Tomada de Decisão no Âmbito Policial e respeitante ao Planeamento e Gestão das Operações Policiais. Importa, também, sublinhar que a conceção deste trabalho é feita no âmbito da identificação de uma necessidade operacional do CSP, e não como especialista na área da tecnologia das comunicações.

Sendo relevante para a PSP, para auxiliar a execução das suas missões nos GE, é ainda mais importante para o CSP, em particular, na medida em que esses GE podem ocorrer na área de responsabilidade da Guarda Nacional Republicana (GNR), mantendo-se a mesma necessidade de organização e ligação ao policiamento e às restantes valências.

Relativamente à sua organização, este trabalho, além desta parte introdutória, contém um capítulo referente à Metodologia, em que se descreve a forma como esta pesquisa foi conduzida; um capítulo sobre o Estado da Arte, em que é feito o levantamento e a análise da doutrina sobre comunicações rádio; um capítulo referente à Apresentação dos Resultados das Entrevistas, apresentando as diferentes perspetivas dos entrevistados sobre a organização das comunicações rádio; um capítulo sobre as Conclusões, em que são contrapostas as ideias do Estado da Arte e as ideias das entrevistas realizadas; e, por fim, o capítulo das

Recomendações, enquanto produto final deste trabalho, em que, sustentado na tríade composta pelo Estado da Arte realizado, pelas lacunas identificadas nas entrevistas e pela experiência do autor, é apresentado um modelo de organização de comunicações rádios de SP em GE.

Metodologia

A metodologia deste trabalho conjuga o Estado da Arte (ou Revisão de Literatura) realizado, procurando-se as correntes de pensamento que o precedem (Quivy e Campenhoudt, 1992), com as entrevistas, garantindo diferentes perspetivas sobre este assunto (Quivy e Campenhoudt, 1992). Pretende-se, assim, confrontar a literatura com a realidade operacional, verificar a existência de lacunas e contradições entre si e averiguar como combinam a teoria e a prática.

Quanto ao Estado da Arte, a pesquisa foi realizada entre abril e agosto de 2025, na Internet e através da base de dados Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal e da B-ON. Para a realização desta pesquisa foram utilizadas as seguintes palavras-chave: comunicações; segurança pessoal; organização de comunicações; Grandes Eventos; *police communications*; *close protection communications*; *Major Events*. As línguas de pesquisa foram a portuguesa e a inglesa.

Para a realização deste trabalho, foram analisados cerca de 50 artigos científicos. Alguns deles, pela sua perspetiva muito técnica do funcionamento dos rádios, foram excluídos por não se enquadrarem na perspetiva deste trabalho. Os restantes foram estudados e incluídos, conforme as referências bibliográficas.

Ainda sobre esta pesquisa, constatou-se que a bibliografia existente tinha uma de duas características: ou eram trabalhos eminentemente técnicos e debruçados sobre a engenharia por trás das comunicações, o que fugia ao âmbito do pretendido; ou eram muito mais abrangentes, abordando as comunicações como uma parte do seu conteúdo, o que também não correspondia totalmente ao tema deste trabalho. Conforme está elaborado, este trabalho situa-se entre estas duas perspetivas, pois não é sobre engenharia de comunicações, mas também não é tão lato que foque as comunicações apenas como pertença de um conjunto de meios de informação e comunicação.

Foram, ainda, consultados alguns manuais técnicos da área da Segurança Interna e da PSP, nomeadamente o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança (PCCCOFSS), o Manual de Procedimentos Técnicos do CSP, e algumas Normas de Execução Permanente (NEP) da PSP.

Refere-se, ainda, que as menções feitas a estas Referências Bibliográficas em nada comprometem a reserva de informação, não colocando em causa qualquer conhecimento ou informação técnica protegida. Com exceção das citações das definições dos conceitos de Comando e Controlo (C2) da NEP da PSP, muito semelhantes aos conceitos da *North Alliance Treatment Organization (NATO)*, cujo conhecimento é público, todas as outras referências são indiretas.

À Revisão de Literatura juntam-se as entrevistas. O objetivo assenta na complementaridade que as entrevistas garantem em relação ao Estado da Arte. Neste caso específico é especialmente pertinente, pelo facto de grande parte da doutrina abordar as comunicações inseridas num conjunto de instrumentos utilizado para organizar e coordenar operações. Não há uma abordagem direta e específica sobre o tema das comunicações. Essa abordagem é garantida pela técnica da entrevista.

Quanto ao tratamento dos dados obtidos, seguiu-se a análise de conteúdo, baseada nas ideias de Bardin (1979) e de Quivy e Campenhoudt (1992), procurando a identificação de unidades de sentido, a construção de categorias temáticas e a emergência de temas centrais que estruturam a interpretação dos dados.

Participaram, neste estudo, oito polícias: seis pertencem ou pertenceram ao CSP, sendo dois pertencentes à categoria de Oficiais, dois pertencentes à categoria de Chefes e dois pertencentes à categoria de Agentes; e dois participantes da categoria de Oficiais da PSP com experiência recente em GE, onde marcaram presença várias AE.

Relativamente aos seis polícias do CSP estão representadas todas as categorias profissionais da PSP, pelo facto de permitir a existência de diferentes ângulos dentro da perspectiva da SP. Relativamente aos dois Oficiais da PSP, interessa, no âmbito deste trabalho, obter a perspectiva de quem foi responsável pelo policiamento e tem uma visão integrada de toda a ação. São os Oficiais, enquanto comandantes de policiamento e no contexto de GE, que têm esta visão integrada.

A entrevista é semiestruturada, na medida em que se procurou “...seguir um roteiro, mas com margem para aberturas e improvisações” (Rondon Filho & Sandes, 2002, p.134). O guião da entrevista é composto por nove questões, conforme Apêndice A, em que a quarta é composta por uma questão principal e quatro complementares. Esta opção por questões complementares reside no facto de, relativamente à coordenação da SP dentro de um GE, haver várias necessidades e ser importante, no âmbito deste trabalho, particularizá-las.

A entrevista foi enviada por e-mail aos participantes, no início do mês de setembro, sem que soubessem quem eram os restantes entrevistados. Todos os entrevistados foram previamente contactados, tendo sido referido que as entrevistas eram realizadas no âmbito do Trabalho de Investigação Final do VI Curso de Comando e Direção Policial. A todos foi garantida a mesma liberdade de resposta e a mesma confidencialidade, sem quaisquer condicionalismos. Os entrevistados são identificados por E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8.

O número de entrevista é reduzido, pela limitação de tempo e espaço na elaboração deste trabalho.

Mesmo tendo sido uma conversa enquadradora, refere-se, ainda, o diálogo com um polícia do Departamento de Sistemas de Informação e Comunicação da PSP com o objetivo de saber se o conteúdo apresentado no capítulo referente às Recomendações feria alguma regra ou procedimento técnico das comunicações rádio, pois era fundamental garantir a compatibilidade deste conteúdo com os procedimentos técnicos das comunicações, confirmando-se que, tecnicamente, nada obstava à proposta apresentada.

Houve, ainda, dois contactos informais, com um militar da GNR e com um militar das Forças Armadas, ambos ligados ao ramo de Transmissões, em que foi explicado o âmbito do trabalho e questionada a existência de bibliografias ou documentos técnicos específicos sobre este tema.

Estado da Arte

As comunicações rádio não são um tema muito explorado na PSP. Apesar da preponderância que têm no dia-a-dia policial, em todas as suas atividades, a PSP não possui, por exemplo, um manual com indicações gerais sobre esta matéria. Os polícias, sem prejuízo da sua formação inicial abordar a utilização do rádio e algumas regras e procedimentos de

comunicação, não possuem qualquer conhecimento sobre a organização das comunicações e as potencialidades que a rede de canais do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal coloca ao seu dispor.

Por sua vez, a GNR, no APOTRGNR (2002), aponta algumas regras elementares da utilização dos rádios, sem grande relevância estrutural, referindo que aquele documento é baseado na doutrina da Allied Communications Publications (*ACPs*) da *NATO*.

Nesta pesquisa, a ausência de concetualização da organização das comunicações nas polícias, em especial na PSP, foi um dos primeiros problemas detetados. A utilização das comunicações rádio é feita de acordo com o que sempre foi feito no plano diário, não havendo uma previsão para contextos específicos como os GE.

Esta ausência de concetualização é extensível ao CSP. No seu Manual de Procedimentos Técnicos as referências às comunicações rádio são parcas, limitando-se a mencionar que devem procurar-se as redes mais viáveis, saber os indicativos a utilizar e conhecer a lista nacional de indicativos. O mesmo manual, na parte referente aos GE, nada refere sobre comunicações.

Apesar desta ausência no Manual de Procedimentos Técnicos, existe uma NEP do Protocolo de Comunicações, cujo conteúdo é relativo às comunicações diárias com a Central Rádio da Unidade Especial de Polícia, aos procedimentos das comunicações de início e final de serviço, das deslocações com os protegidos ou das interrupções de serviço com os protegidos. O patamar específico do CSP, vertido nesta NEP, é o mesmo da PSP, uma vez que as determinações são relativas às comunicações diárias do serviço operacional normal, não existindo quaisquer determinações relativamente à sua organização em GE ou noutros contextos como as Visitas de Estado.

No seu glossário de comunicações e sistemas de informação, a *NATO* (2016) define as comunicações como ciência e prática relativa à transmissão de informação entre indivíduos ou entre lugares, referindo, também, que os seus Sistemas de Informação e Comunicação (SIC) devem seguir protocolos próprios (NATO, 2024), de forma a garantir o sucesso das suas operações, sendo fundamentais enquanto suporte do C2 e sendo fatores críticos de sucesso em batalhas de vários domínios.

O conceito de Comando, segundo a *NATO* (2024, p. 12, tradução livre) é definido como “...a autoridade investida num indivíduo das forças armadas para a direção, coordenação e

controlo das forças militares”, enquanto o conceito de Controlo consiste em “...regular forças e funções para executar a intenção do comandante”. Ambos os conceitos, provenientes da doutrina militar, foram adotados pela PSP, através da NEP AUOOS/DO/01/26. Segundo a PSP (2016, p.1), o Comando “...consiste no exercício da autoridade por parte de um comandante para ordenar, dirigir, coordenar e controlar as ações dos polícias pertencentes às unidades e subunidades sob a sua responsabilidade hierárquica”, enquanto o Controlo “...consiste no processo que permite a um comandante/ superior hierárquico, assistido pela sua estrutura de Comando e Controlo, supervisionar, acompanhar, monitorizar e avaliar as atividades desenvolvidas por polícias, (...) garantindo o correto cumprimento das ordens, instruções e diretivas.”.

Apesar de nada referir de concreto sobre as comunicações rádio, a PSP (2016) sublinha que a eficácia do C2 deriva, entre outros fatores, dos processos e dos sistemas de informação de apoio à decisão. Implica, assim, a existência de processos, onde as comunicações rádio se incluem, que sustentem a organização e coordenação da ação policial. Guilherme (2002, p. 25) refere que o C2 necessita de “...Comunicações e Sistemas de Informação fiáveis”, enquanto a *NATO* (2024) reforça a ideia do papel essencial que estes sistemas têm como suporte ao C2. Na mesma linha, Barroso (2008) sublinha a importância da “...automatização e padronização de processos e procedimentos” (p. 7) para a gestão da informação e para promover a velocidade e eficácia do C2; e refere que o exercício do C2 é realizado através de um conjunto formado, entre outros, pelas comunicações.

Assim, tanto a doutrina militar, como a doutrina policial referem a necessidade de processos ou protocolos dos seus SIC para a execução e organização das suas operações, partindo do pressuposto que um C2 eficaz é fundamental para a organização de qualquer operação.

Neste domínio, é particularmente importante o papel do Posto de Comando Tático (PCT), conceito introduzido pela PSP (2016), que Correia (2024) define como estrutura que centraliza o C2 e coordena a ação policial, necessitando de ter infraestrutura, composição e organização; e que Marques (2024) afirma destinar-se à gestão de dispositivos policiais específicos, em que é necessário gerir as diversas valências de forma integrada.

A gestão integrada de diversas valências remete para uma das características identificadas pela *NATO* (2024) como necessária para os seus SIC: a interoperabilidade. No seu caso específico, a interoperabilidade visa garantir que os vários exércitos dos diferentes países

que a compõem conseguem partilhar estes sistemas e integrar a sua ação. No caso da PSP, esta interoperabilidade visa garantir que as suas diversas valências, envolvidas em determinada operação policial, conseguem partilhar estes sistemas e ter uma ação consertada no desenvolvimento dessa operação, nomeadamente nos GE.

Esta integração de valências conduz a outro conceito militar: o conceito das “operações em rede”, proveniente da doutrina da *NATO*, em que Barroso (2008) sublinha o papel que os SIC têm na interligação de forças geograficamente dispersas. Ferreira (2018, p. 36) refere a necessidade “...um sistema único de comunicações e a plataforma de ligação entre todas as entidades presentes no campo de batalha”, sendo essa ligação a garantia da implementação do conceito de “Força Centrada em Rede”. Enquanto, Rodrigues (2006, p. 18) defende, na mesma linha, que “...a guerra centrada em rede (*Network Centered Warfare*) parte da existência de forças dispersas, que tiram partido das TIC para garantir a ligação e partilha constante de conhecimento, dando-lhes a capacidade para aumentar extraordinariamente o ritmo das operações”. Barroso (2008), sobre este conceito de *Network Centered Warfare (NCW)*, afirma que esta baseia-se em quatro pilares: rede, informação, velocidade C2 e eficácia da missão. São quatro pilares cuja função das comunicações rádio passa pelo seu robustecimento.

A PSP (2016) atribui ao comando tático, entre outras, a responsabilidade de implementar os protocolos operacionais definidos para a operação policial. Mais uma vez, faltando uma referência expressa às comunicações rádio, a expressão “protocolos operacionais” implica a existência de uma organização também a este nível, que sustente a rede da execução da operação.

Ainda que a importância das comunicações seja sublinhada através da sua preponderância para o C2, a verdade é que estas são fundamentais, também, para todos os executantes de uma operação militar ou policial. Nesta senda, Barroso (2008) refere que uma das componentes fundamentais do C2 é o fator humano, na medida em que são os militares que executam as tarefas, que comunicam e que colaboram entre si. Também esses operacionais necessitam de um sistema de suporte definido, que permita veicular a informação.

A transversalidade da importância das comunicações, enquanto veículo de informação, para todos os operacionais materializa-se no conceito de consciência situacional, que Endsley (2021, p. 124) define como “...estado contínuo da compreensão de informações relevantes no ambiente que são necessárias para apoiar a tomada de decisões em domínios

complexos e dinâmicos”. No fundo, passa por garantir que os envolvidos nessas operações conhecem a sua circunstância e, fruto desse conhecimento, estão aptos a tomar melhores decisões, seja qual for a sua função. Barroso (2008), referindo-se ao veicular da informação permitida pelas comunicações e por outros sistemas e ao seu contributo para a consciência situacional, sublinha que esta é a base da tomada de decisão.

Ainda sobre a transversalidade da informação e sobre o conceito de rede, Rodrigues (2006) defende a alteração dos fluxos de informação, que devem deixar de ser apenas verticais e acoplados à cadeia hierárquica, para serem, também, transversais, numa lógica de partilha de informação e dos consequentes ganhos para o desenrolar das operações militares. Marques (2024) defende que, mais do que haver muitas fontes de informação, é necessária a existência de informação integrada. Complementares entre si, a transversalidade da informação remete para a importância da informação circular entre todos, independentemente da posição hierárquica, enquanto a sua natureza integrada visa dar-lhe ordem e organização.

A complexidade da organização de uma operação militar será semelhante à complexidade da organização de um GE, fazendo com que as comunicações rádio sejam igualmente importantes neste contexto. O UNICRI (2007) define um GE como um evento previamente agendado que terá uma das seguintes características: ter significado histórico ou político ou grande notoriedade; grande cobertura mediática e possível presença de *media* internacionais; participação de cidadãos de diferentes países; participação de AE; elevado número de participantes, que pode, pelo seu potencial de ameaça, requerer cooperação internacional. Exige, assim, uma “...resposta extraordinária, planeada e executada através de um modelo de gestão” (Elias, 2018, p. 362), devendo a sua organização e preparação ser pormenorizadas, exigindo grande afetação de recursos para garantir a segurança do local do evento e do meio envolvente (Soares, 2023).

Sobre o conceito de GE, importa perspetivá-lo, no âmbito deste trabalho, como um acontecimento em que estão presentes várias AE, nomeadamente a comemoração solene do 25 de Abril na Assembleia da República, ou uma Cimeira no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia de 2021. Não se pretende encontrar a definição exata deste conceito, pois, neste âmbito, importa a presença de AE e o que implica para a organização dessa operação.

O UNICRI (2007) estabelece, também, a existência de doze elementos no planeamento de segurança de um GE, sendo um deles referente aos SIC. Dos quatro pontos referentes aos SIC, um deles é a existência de uma estrutura clara de fluxos de informação para que todos os intervenientes saibam quem é que deve informar quem, sobre o quê e quando. Sem prejuízo de ser um dos doze elementos, independente dos outros, no ponto referente à liderança refere a necessidade de haver protocolos de comando.

Ainda segundo o UNICRI (2007), o sistema de planeamento de um GE é composto pela capacidade, constrangimentos e informações, sendo a *Governance*, enquanto componente da liderança, que liga esse sistema. O papel das comunicações rádio, juntamente com os outros SIC, passa por dar-lhe corpo e operacionalizá-la.

Apesar do UNICRI (2007) referir expressamente o papel dos SIC nos GE, no plano nacional e relativamente ao PCCCOFSS (2003) não há qualquer referência sobre as comunicações rádio, quer no Apêndice 3, referente aos GE, quer no Apêndice 4, referente à segurança de cerimónias, sendo uma lacuna, na medida em que não faltam referências à necessidade de coordenação e cooperação entre os diversos intervenientes.

Voltando ao panorama internacional, e no caso específico dos jogos de futebol e outras manifestações desportivas, o Conselho da Europa (2016) também não faz qualquer referência explícita aos SIC. No entanto, refere, de forma constante, a necessidade de existir uma abordagem integrada entre as instituições, que promova a coordenação e complementaridade entre segurança, proteção e serviços, na medida em que todos reforçam a necessidade de um trabalho conjunto e articulado, tendo as comunicações rádio, para esse efeito, um papel fundamental.

Revista a literatura e a doutrina sobre as comunicações rádio, subsistem algumas interrogações: Não havendo uma referência às comunicações rádio em contexto de GE, como é que se desenvolvem e que importância assumem? Existirá alguma preparação ou formação para os polícias do CSP sobre comunicações rádio? Quais as dificuldades que a ausência de doutrina sobre comunicações trará para o CSP?

Apresentação dos Resultados das Entrevistas

Sobre as duas primeiras questões das entrevistas, relativamente à identificação dos GE em que participaram e às funções exercidas, estas servem para atestar o conhecimento e

enquadramento dos entrevistados sobre esta matéria específica e não integram a análise de conteúdo realizada. Relativamente aos resultados da análise realizada, estes são apresentados em categorias e subcategorias.

No que respeita aos padrões de resposta, é reiterada a ideia do desconhecimento da organização das comunicações rádio, conforme os excertos das entrevistas de E4, E7 e E8 da Categoria Conhecimento da Organização das Comunicações, conforme o Apêndice B.

Na categoria Coordenação e Integração, relativamente à subcategoria Funcionamento das Comunicações, também foi padronizado o seu mau funcionamento, conforme os excertos das entrevistas de E3, E4 e E5.

Na mesma categoria, relativamente à subcategoria Integração entre Valências Policiais, foi igualmente patente a ideia da sua falta, conforme os excertos das entrevistas de E1, E5 e E8.

Sobre a subcategoria Posto de Comando Tático, foi padronizada a ideia da sua utilidade, conforme os excertos das entrevistas de E1, E5 e E6.

No que respeita à subcategoria Estrutura das Comunicações, foi comum a ideia da necessidade da sua existência, conforme os excertos das entrevistas de E2, E3 e E8.

Para finalizar a categoria Coordenação e Integração, relativamente à subcategoria Integração entre equipas do CSP, foi frequente a indicação da sua falta, conforme os excertos das entrevistas de E3, E4 e E5.

Na categoria Meios de Comunicação, a primeira subcategoria Utilização do Rádio indica a utilização deste meio para comunicações no GE, conforme os excertos das entrevistas de E4, E5 e E6.

O padrão de resposta detetado na subcategoria Utilização do Telemóvel demonstra a sua prática frequente, algumas vezes principal, conforme os anexos das entrevistas de E4, E5 e E7.

Na subcategoria Cedência de Rádio, o padrão de resposta aponta para uma prática de cedência de rádios por parte dos motociclistas, conforme os anexos das entrevistas de E3, E4 e E5.

Por fim, na subcategoria Utilização de Aplicações Online, o padrão de respostas indica a utilização, também, destas aplicações durante os GE, conforme os excertos das entrevistas de E5, E7 e E8.

Da análise de conteúdo realizada sobressaem, assim, a inexistência de uma organização efetiva das comunicações rádio e a utilização de meios de comunicação informais.

Conclusões

Comparando o Estado da Arte realizado com o conteúdo das entrevistas, constata-se a existência de uma grande clivagem entre a teoria e a prática relativamente às comunicações rádio de SP em GE. A ausência de doutrina específica e de um modelo estruturado tem levado à adoção de soluções informais e à falta de integração entre valências policiais e equipas do CSP.

Pelo padrão de respostas observado, há uma falta de organização das comunicações rádio em SP nos GE, que está em linha com a inexistência de referências no Manual de Procedimentos Técnicos do CSP; e que contrasta com a necessidade de sistematização e organização que Guilherme (2002), Barroso (2008) ou a *NATO* (2024) defendem; e com a própria NEP do C2 da PSP, em que se reitera a necessidade de existirem protocolos operacionais que sustentem o exercício do C2.

Outro dos padrões de resposta apresentado aponta para a falta de integração, quer entre as equipas do CSP, quer entre estas e as restantes valências policiais. Também esta realidade da falta de integração é oposta ao defendido por vários autores: *NATO* (2024) releva a interoperabilidade como uma das características que os SIC devem possuir; Barroso (2008) e Rodrigues (2006) avançam com a ideia das operações desenvolvidas em rede.

O Estado da Arte e as perspetivas dos entrevistados aproximam-se no reconhecimento da importância do PCT no contexto dos GE, nomeadamente na linha do que Correia (2024) e Marques (2024) também defendem: unidade que coordena e controla a ação policial e que gere a informação de forma integrada.

Ao contrário do Estado da Arte, que não aborda esta realidade, o padrão de respostas das entrevistas levanta, ainda, a questão do desconhecimento da organização das comunicações

de SP em GE, apontando à necessidade de passar esse conhecimento ou instruções para o efetivo, enquanto executantes da missão.

Outra realidade que não encontra correspondência com o Estado da Arte é a utilização de meios de comunicação informais, sobretudo o telemóvel. Este fenómeno poder-se-á explicar enquanto consequência da falta de organização das comunicações ou, pelo menos, do seu desconhecimento. Quando não funciona a organização formal, que deveria ser garantida pelas comunicações rádio, funciona a organização informal e improvisada, como sucede na comunicação com os motociclistas do Trânsito.

Esta não será a única explicação, na medida em que, por vezes, é necessária uma comunicação mais longa e detalhada, conforme refere E5, em que os rádios policiais não devem ser utilizados. Haverá, assim e em parte, um papel complementar que os telemóveis podem, e devem, ter. É esta a perceção do autor. Porém, as respostas não evidenciam um complemento, mas, muitas vezes, uma preferência, conforme resposta de E7.

O conteúdo das entrevistas indica não existir um modelo de organização de comunicações rádio neste contexto. Mesmo que haja algum planeamento a este nível, alterando-se entre os vários GE, parece não haver conhecimento por parte do efetivo do modelo adotado. Relativamente à ausência de doutrina das comunicações rádio em GE, parece ter como consequências a falta de uma solução única e sólida, a promoção de soluções informais e improvisadas e a falta, entre os diversos intervenientes, de conhecimento da organização das comunicações rádio dentro dos GE.

Inexiste, ao nível das comunicações rádio de SP em GE, o modelo de gestão necessário apontado por Elias (2018). Entre o reconhecimento da importância dos SIC e da existência de procedimentos para a organização de operações que a doutrina faz, e a necessidade de conceção de um modelo de organização de comunicações rádio específico para este contexto concreto apontado nas Entrevistas, urge a necessidade de uma concetualização que é necessário fazer sobre este modelo e que, no capítulo seguinte, referente às Recomendações, este trabalho se propõe fazer, procurando assegurar uma ação policial integrada, eficaz e segura.

Recomendações

Como nota introdutória deste capítulo, refere-se que o modelo abaixo apresentado aparece com base em reflexões do autor, enformadas pela sua experiência, suportadas no enquadramento doutrinário e visando responder às lacunas apresentadas nas entrevistas. Algumas ideias deste modelo, nomeadamente a utilização de um canal *Trunked Mode (TMO)*, comum ao CSP e aos Contra-Atiradores do Grupo de Operações Especiais da PSP, já foram utilizadas, com sucesso, em eventos. O modelo em si, completo, ainda não foi testado operacionalmente, apenas em contexto formativo. Porém, dada a ausência de concetualização, acredita-se ser um passo relevante no suprimento desta lacuna.

A explicação desta proposta apoia-se no exemplo de uma Cimeira da União Europeia (UE), com a deslocação das várias AE para o local, por ser, em termos de coordenação, dos eventos mais complexos ao nível da SP. Neste tipo de Cimeiras haverá cerca de três dezenas de AE em deslocação para o mesmo local.

O modelo assenta, também, numa conceção de organização do dispositivo de SP em contexto de GE, que dividir-se-á, fundamentalmente, entre as Equipas de Segurança Próxima (ESP) das AE, com a missão de assegurar a sua SP direta; e a Equipa de Segurança a Instalações (ESI), responsável por preparar a chegada das AE ao local do GE e pela segurança das instalações. Além destas equipas, segundo esta conceção, deve estar no PCT um Oficial do CSP, que garanta a ligação às restantes valências, nomeadamente as policiais.

Poder-se-á pensar na falta de referência às Equipas de Segurança Avançada (ESA), com a responsabilidade de preparar a chegada de AE aos locais, no entanto, neste contexto específico de GE, essa função é sempre realizada pela ESI.

Além deste dispositivo, esta conceção de organização de um GE divide a ação da SP com AE em três momentos distintos: o primeiro, respeitante às deslocações das AE para o local do evento; o segundo, respeitante à permanência das AE no local durante o evento; e o terceiro, relativo à partida das AE do local do evento.

Primeiro momento: Deslocações das AE para o local do GE

Relativamente às deslocações das AE para o local, o principal meio de ligação entre as ESP, cerca de trinta, e a ESI, na figura do Coordenador das Chegadas e Partidas (CCP), é a partilha de um canal rádio, em TMO. O centro operacional das comunicações deste canal

será o CCP, que é um Oficial do CSP presente no Ponto de Chegadas e Partidas das AE e que tem de estar em comunicação com todas as ESP para garantir a sua chegada, de forma protocolarmente ordenada ou na janela de tempo prevista.

O CCP estará em comunicação direta, através desse canal *TMO*, com todas as ESP, conseguindo coordenar-se diretamente com elas. A utilizar este canal *TMO* também devem estar as equipas de Contra-Atiradores das Operações Especiais presentes no local, pois, sendo detetada uma ameaça iminente, essa informação é imediatamente transmitida a todas as ESP, sem prejuízo do CCP ou o Oficial do CSP presente no PCT transmitirem as ordens devidas a todas as ESP numa situação dessas. A utilização deste canal *TMO* pelos Contra-Atiradores é de mera escuta, a menos que seja detetada essa ameaça e que justifique, assim, a sua intervenção direta.

Considerando as trinta AE com SP nesta Cimeira, e respetivas ESP, isto implica o mesmo número de equipas de motociclistas do Trânsito a fazer o desembarçamento às respetivas colunas de segurança. Poder-se-ia considerar que também estas equipas de motociclistas poderiam utilizar o mesmo canal *TMO*, garantindo a ligação direta entre motociclistas e ESP, no entanto, pela necessidade que os motociclistas têm de comunicação constante e ativa entre si e pela necessidade de informação que têm sobre a circulação rodoviária, essa partilha torna-se inviável, não sendo aconselhável juntar as suas comunicações às comunicações da SP.

Nesse sentido, este modelo propõe que a ligação entre as ESP e as suas equipas de motociclistas seja feita ao nível do PCT, onde o Oficial do CSP e um Oficial do Trânsito estejam devidamente articulados. Na prática, o Oficial do CSP está a ouvir o canal *TMO* da SP e o Oficial do Trânsito está a ouvir o canal *TMO* utilizado pelos motociclistas. Sempre que alguma ESP tenha necessidade de dar alguma indicação à sua equipa de motociclistas fá-lo, dirigindo-se ao PCT, onde o Oficial do CSP informa o Oficial do Trânsito, que transmite a indicação para os motociclistas.

Levantar-se-á a questão de não haver uma ligação direta entre ESP e a sua equipa de motociclistas e de esta ser feita indiretamente, através do PCT. Porém, se as ESP têm necessidade de ligação aos seus motociclistas, também os motociclistas têm necessidade de contacto com o PCT e com a sua Central de Comunicações para saber se houve alterações de última hora na circulação rodoviária, como a ocorrência de acidentes de viação. A ligação,

via PCT, é a solução possível, tendo em conta as diferentes necessidades de coordenação destas duas valências policiais.

As ESP, no seu funcionamento interno, naquelas que são as comunicações internas da equipa, devem, segundo este modelo, funcionar num canal em *Direct Mode (DMO)*, que garanta a agilidade de comunicação entre as viaturas da coluna de segurança e com as equipas do INEM, suas integrantes. Há canais *DMO*, comuns à PSP e ao INEM, que garantem esta unidade de comunicações, permitindo juntar os operacionais das ESP e os operacionais do INEM, unificando a *security* e o *safety*. Não pode existir uma cápsula de segurança em que os seus constituintes, operacionais e viaturas, não estejam ligados.

Ainda sobre as ESP: além do canal *DMO* que agilize o seu funcionamento interno, estas precisam de ter um rádio no canal *TMO* utilizado pelo CSP permitindo ligar-se às restantes ESP e ao CCP. O rádio que está em *TMO* deve estar na posse do Chefe da ESP para que coordene a sua equipa com as restantes ESP e CCP, estando o rádio do condutor da sua viatura no canal *DMO* para garantir a ligação à restante coluna de segurança: viaturas da ESP, viatura da AE e viaturas do INEM.

De forma resumida, estará o CCP, no ponto de desembarque, a coordenar a deslocação das ESP para o local através do canal *TMO*, sendo este canal escutado pelos Contra-Atiradores e pelo Oficial do CSP no PCT. Paralelamente é utilizado um canal *TMO* do Trânsito, em que as equipas de motociclistas são coordenadas pelo Oficial do Trânsito, também presente no PCT. Havendo necessidade de comunicação entre a ESP e a sua equipa de motociclistas, esta é feita via PCT. Numa terceira linha paralela, as ESP devem funcionar, entre si e com os operacionais do INEM que as acompanham, num canal *DMO*, que agilize a ligação entre todas as viaturas da coluna de segurança.

Assim, existem, neste primeiro momento, referente às deslocações das AE, três canais fundamentais na perspetiva da SP: o canal *TMO*, utilizado fundamentalmente pelo CSP; um segundo canal *TMO*, utilizado pelo Trânsito; e o canal *DMO* utilizado pelas ESP. O canal *TMO* do CSP poderá ser qualquer um da pasta COORDN, para garantir a interoperabilização com os Contra-Atiradores, e o canal *DMO* das ESP poderá ser qualquer um dos existentes na pasta INT, garantindo a interoperabilização com o INEM. O canal *TMO* do Trânsito será o definido por essa valência.

Se o GE ocorrer na área da GNR, a única alteração de canal rádio será a do canal *TMO* utilizado pelo CSP, que teria de ser um dos constantes na pasta GNR-PSP para permitir a interoperabilização entre o CSP e os Contra-Atiradores da GNR.

O policiamento de um GE não se limita à necessidade de coordenação entre CSP, Contra-Atiradores ou Trânsito. Estes meios são, apenas, aqueles cuja ação está mais diretamente ligada à ação da SP, não esquecendo a presença do Policiamento local ou da Divisão de Segurança a Instalações, ou equivalente. A ligação com estas valências policiais é feita através do Oficial do CSP presente no PCT e pressupõe que ambas terão o seu próprio canal com o qual trabalharão durante o evento. Com esta organização, responde-se à necessidade de organização do PCT invocada por Correia (2024) e existir uma gestão integrada, conforme defende Marques (2024).

É expectável que outras entidades, externas à PSP, possam estar representadas no PCT, sendo esse o meio de ligação ao CSP. Estas entidades poderão ser o Sistema de Informações de Segurança, o INEM, a GNR, o responsável pela Segurança Privada naquele local ou a organização do evento.

Segundo momento: as AE dentro das instalações do local do GE

Prosseguindo a explicação do modelo de organização das comunicações rádio, e após a chegada das AE, a ação continuará dentro das instalações do GE, que alterará as necessidades de coordenação interna do CSP e do próprio policiamento.

Depois das chegadas, a ação passa do exterior para o interior das instalações. No local estará a trabalhar uma ESI do CSP, responsável pelas instalações utilizadas pelas AE, após a realização da busca preventiva de explosivos. Isto significa que, juntamente com esta ESI, estarão os Protetores Diretos (PD), um por AE, pertencentes às ESP (não é habitual, para não saturar o local com operacionais de SP, a presença de todos os operacionais das ESP no local do evento). Partilhando o local, e tendo de estar coordenados na ação, será necessário utilizar um canal rádio que interoperabilize a ESI e os PD.

Sobre este canal em específico, refletir-se-á sobre se deve ser um canal *TMO* ou um canal *DMO*. Num cenário ideal, defende-se que deve ser um canal *DMO*, pelo facto de agilizar as comunicações e não estar dependente da existência de rede, que, dentro de edifícios, é muito fraca ou inexistente. Mesmo que a rede, por qualquer meio, seja reforçada e possibilitada a utilização de um canal *TMO*, a verdade é que a agilidade que o *DMO* oferece faz deste modo

o ideal para a comunicação dentro das instalações. As características destas comunicações, informais, constantes e pormenorizadas, também aconselham a utilização de um canal *DMO*.

A preferência pelo canal *DMO* pressupõe que, além do canal *TMO* usado pelo CSP, o Oficial do CSP que está no PCT consegue ouvir este canal. Isto significa que, do ponto de vista do interesse operacional do CSP, o PCT deve localizar-se no local do evento, contrariando o disposto na NEPAUOOS/DO/01/26, que refere a sua localização como sendo nas imediações. Não estando o PCT sediado no local do evento, essa ausência obrigará a encontrar uma solução técnica, que permita ouvir-se as comunicações da ESI no local onde estiver instalado, sob pena de se perder a consciência situacional sobre a situação das AE. Sobre este momento específico do evento, em que as AE estão dentro de um edifício, se não houver este planeamento relativo ao PCT, o policiamento deixa de ter qualquer C2 efetivo. É, deste modo, fundamental que o Oficial do CSP presente no PCT controle as comunicações do canal *TMO* e do canal *DMO*, ambos usados pelas equipas do CSP.

Assumindo, na continuidade do desenvolvimento deste modelo, a utilização de um canal *DMO* para a ESI, este permitirá ligar esta equipa a todos os PD das AE. Num GE, sucede que os PD aguardam na sala de *stand-by* durante os trabalhos das AE, competindo à ESI a segurança do local e das AE presentes. No fundo, os PDs passam a ter um papel secundário relativamente à ESI e a partilha deste canal *DMO* permite que os PD, estando na sala de *stand-by*, possam ser chamados pela ESI, caso haja necessidade, e mantendo, sempre, a consciência situacional sobre as suas AE.

A escolha do canal *DMO* poderá passar pela utilização de um canal da pasta INT, na medida em que, havendo uma equipa do INEM dentro das instalações, garante a ligação direta ao *safety*, a juntar à já garantida ligação entre a ESI e os PD.

Terceiro momento: partida das AE do local do GE

Aproximando-se o final do GE, e a conseqüente partida das AE, a ação voltar-se-á, à semelhança do primeiro momento, para o exterior com os embarques das AE. Isto significa que a necessidade do policiamento alterar-se-á de novo. O PCT volta a ter um papel fundamental, na medida em que, recebendo a informação do interior do edifício através do canal *DMO*, caber-lhe-á preparar, juntamente com o CCP, e através do canal *TMO*, as colunas de segurança para avançarem para o local de embarque.

Após o início das deslocações das AE do local da Cimeira, o canal *TMO* volta a ter maior preponderância. Primeiro, porque a saída das AE do local constitui uma oportunidade para a

materialização de uma eventual ameaça, sendo fundamental estar em coordenação direta com os Contra-Atiradores; e segundo, porque volta a necessidade das ESP coordenarem-se com os motociclistas, cabendo ao PCT essa função. Relativamente ao policiamento local, a coordenação existe a todo o momento, sendo o Oficial do CSP no PCT a assumir essa função e materializar o conceito da “Força Centrada em Rede” durante toda a operação.

Abaixo, a Figura 1 resume este modelo da organização das comunicações, em que o Oficial do CSP no PCT interoperabiliza todas as valências através dos dois canais: o TMO, referente às ESP em deslocações, e o DMO, referente à ESI no interior das instalações.

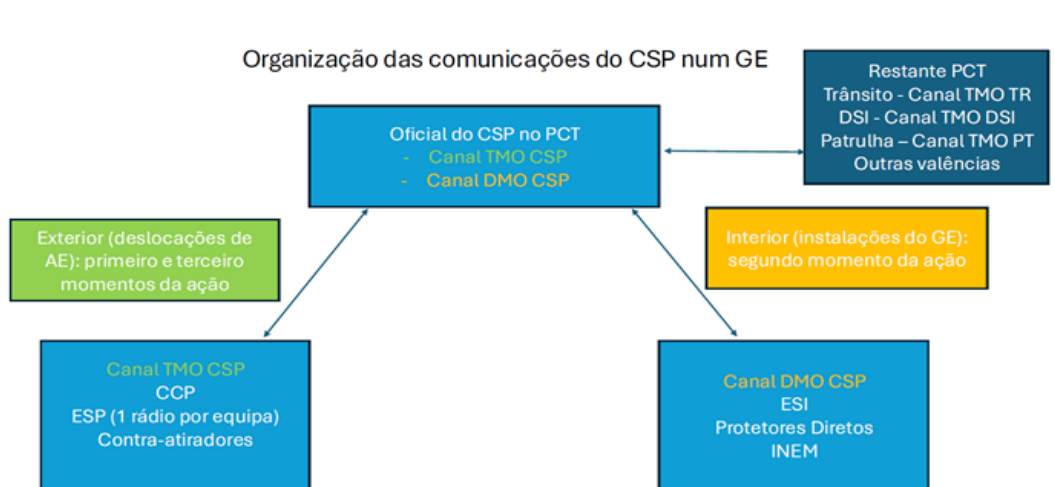


Figura 1
Fonte: elaboração própria

Organizar comunicações do CSP neste cenário é complexo, pois as necessidades de coordenação, na perspetiva da SP, são variadas e as suas prioridades alteram-se com o desenrolar da ação. Repare-se que, durante a deslocação das AE para o local, a necessidade de coordenação está, sobretudo, na ligação entre o CCP e as, neste caso, trinta ESP e destas com as suas equipas de motociclistas; seguidamente, com a entrada das AE no local do evento e da conseqüente passagem da ação para o interior de edifícios, a necessidade mais premente é a da coordenação entre a ESI e os PD. Ao Oficial do CSP presente no PCT caberá, sendo conhecedor de todas estas necessidades e alterações de coordenação, fazer a ligação às restantes valências policiais, assumindo um papel fulcral na ligação entre a SP e o restante policiamento, evitando que a SP se torne um corpo estranho.

A complexidade do modelo, ao refletir-se na organização de comunicações, obriga a que esta componente do planeamento seja explicada aos polícias do CSP, permitindo-lhes uma visão integral do evento. No caso específico dos PD, durante a deslocação, utilizarão um

DMO, canal interno próprio da sua ESP, e, quando chegam com a AE ao local da Cimeira, poderão ter de alterá-lo para o *DMO* da ESI, se estes forem diferentes. Alguns dos entrevistados, conforme o Apêndice B, referiram expressamente essa falta de explicação e enquadramento.

Sendo as comunicações rádio fundamentais para a gestão dos GE, nomeadamente nesta coordenação interna do CSP e na sua coordenação com o restante policiamento, não se ignora que os telemóveis pessoais podem assumir um papel pontual e complementar, e nunca principal como apontado nas entrevistas, quando houver a necessidade de uma comunicação mais longa sobre um qualquer assunto específico.

Crê-se que este modelo, aqui explanado, respeita os princípios da *NATO* e da PSP, nomeadamente os explanados na NEP do C2, obedece à ideia da existência de protocolos próprios (*NATO*, 2024), visa a automatização de procedimentos (Barroso, 2008), interliga, pela sua lógica de organização e sustentado no papel desempenhado pelo PCT, as forças dispersas (Barroso, 2008) e cria um sistema único (Ferreira, 2018), respondendo à necessidade de existência de um padrão, conforme E8; à falta de integração entre as valências, conforme E1; e à falta de integração dentro do CSP, conforme E5.

Por fim, espera-se que esta investigação possa ser aproveitada para uma reflexão sobre outras áreas da atividade policial. Não são apenas os GE com AE que requerem a existência de uma organização das comunicações. Considerando o policiamento de um evento desportivo, nomeadamente um jogo de futebol, como é que se articulam os meios policiais envolvidos? *Spotters*, Policiamento, Trânsito, Ordem Pública devem partilhar comunicações rádio? Como? Há algum modelo na PSP sobre a organização de comunicações de eventos desportivos? Os eventos desportivos seguem a mesma organização de comunicações dentro da PSP? Se houver participação da GNR, nomeadamente com motociclistas, como é que a operação se coordena?

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barroso, João. (2008). *O Sistema de informação e comunicações tático (SIC-T) do Exército português. Implicações doutrinárias*. IESM – CEMC
- Coelho, P. C. C. (2013). *Novas tecnologias da informação e comunicação: O Sistema de Informação e Comunicações Tático em apoio às unidades de manobra*. AM.
- Conselho da Europa. (2016). *Convenção do Conselho da Europa sobre uma abordagem integrada da segurança, da proteção e dos serviços por ocasião dos jogos de futebol e outras manifestações desportivas* (Convenção de Saint-Denis, 3.VII.2016). Conselho da Europa.
- Corpo de Segurança Pessoal. (2018). *Manual de Procedimentos Técnicos* [Manual Confidencial]. PSP.
- Correia, A. C. N. (2024). *Composição e organização do Posto de Comando Tático da PSP: Contributos para elaboração de guia técnico*. ISCPPI.
- Elias, L. (2018). *Ciências policiais e segurança interna: Desafios e prospetiva*. Lisboa: ISCPPI.
- Endsley, M. R. (2021). A systematic review and meta-analysis of direct objective measures of situation awareness: A comparison of SAGAT and SPAM. *Human Factors*, 63(1), 124–150. <https://doi.org/10.1177/0018720819875376>
- Ferreira, A. F. da S. (2018). *Comunicações táticas entre viaturas militares*. (IST / AM).
- Governo de Portugal. (2003). *Plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e serviços de segurança*. SSI.

- Guarda Nacional Republicana. (2002). *Apontamentos de transmissões da Guarda Nacional Republicana n.º 2 – procedimento radiotelefónico* (APOTRGNR 2A). GNR.
- Guilherme, J. C. da C. (2001). *O oficial de comunicações e sistemas de informação no exército (S6/G6); Contributos para a sua caracterização, definição e descrição de funções*. IAEM.
- Marques, P. N. Q. S. (2024). *Comando e controlo em grandes eventos: Estudo de caso da jornada mundial da juventude*. ISCPPI.
- NATO. (2024). *AJP-6: Allied joint doctrine for communication and information systems*. NATO. <https://nso.nato.int/nso/>
- NATO. (2016). *ACP 125(G): Communications instructions radiotelephone procedures*. <https://www.cceb.org/>
- Pimentel, H. F. M. G. (2019). *Grandes eventos – Estudo teórico para o contributo de uma definição na ótica da PSP*. ISCPPI.
- Polícia de Segurança Pública. (2016). *Norma de Execução Permanente sobre Comando e Controlo (NEP n.º AUOOS/DO/01/26)*. PSP.
- Polícia de Segurança Pública. (2020). *Protocolo de Comunicações (NEP UEP/CSP/OP/01/01)*. PSP
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais* (1ª ed.). Gradiva.
- República Portuguesa. (2007). *Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto: Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública*. Diário da República. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/53-2007-558342>
- Rodrigues, R. M. S. (2006). *As novas tecnologias de informação e comunicação e o nível operacional da guerra: Impacto no planeamento e condução das operações militares*. IESM.

- Rondon Filho, E. B., & Sandes, W. F. (2002). Metodologia, métodos e tipos de pesquisa. In *Ciências Policiais: conceito, objeto, método de investigação científica* (Cap. 4). ISCPSI.
- Santos, L. A. B. dos, Lima, J. M. M. do V., Garcia, F. M. G. P., Monteiro, F. T., Silva, N. M. P. da, Silva, J. C. V. F. da, Santos, R. J. R. P. dos, Dias, C. F. N. L., & Piedade, J. C. L. da. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2ª ed., revista e atualizada). IUM.
- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (s.d.). *Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos*. Artigo académico.
- Silva, C. A. M. (2022). *Análise à exploração das redes de comunicações utilizadas nas operações de socorro*. ULP.
- Soares, C. D. das N. (2023). *Segurança de grandes eventos: Subsídios para o um curso de comandantes de policiamentos desportivos*. ISCPSI.
- UNICRI – United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute. (2007). *The IPO security planning model*. UNICRI.

Apêndice A - Guião da Entrevista

- 1 - Em que Grandes Eventos com Altas Entidades com Segurança Pessoal já participou? Ex: Cimeiras, Visitas de Chefe de Estado, Conferências.
- 2 - Quais foram as suas funções nesses eventos?
- 3 - Relativamente à organização das comunicações rádio de Segurança Pessoal nesses Grandes Eventos, que determinações conhecia? Sabia como é que estava organizada? Sabia como é que se ligava às restantes valências policiais?
- 4 – Nesses Grandes Eventos, de que forma é que as equipas e meios do CSP se coordenavam entre si e com o policiamento?

4.1 - Nesses Grandes Eventos, se precisasse coordenar-se com uma equipa de Segurança Pessoal como faria?

4.2 - Nesses Grandes Eventos, se precisasse comunicar com motociclistas do Trânsito ou com outras valências policiais como faria?

4.3 - Nesses Grandes Eventos, se precisasse confirmar algum ponto de acesso para as Altas Entidades como faria?

4.4 - Se precisasse obter alguma informação sobre as equipas de Segurança Pessoal ou Altas Entidades como faria?

5 - Quer deixar algum apontamento relativamente à organização das comunicações de Segurança Pessoal nos Grandes Eventos?

Apêndice B – Quadro Categorical e Principais Excertos da Análise de Conteúdo

A – Categoria **Conhecimento da Organização das Comunicações** - nesta categoria encontram-se as perceções dos entrevistados relativamente à informação que tinham relativamente à estrutura de comunicações rádio de SP no GE.

Excerto 1: “Nos eventos, organizados pelo Destacamento de SP do PR ou pelo CSP, nunca se abordou a organização das comunicações” (E4)

Excerto 2: “Tirando a informação de indicativos, não havia informação sobre a organização das comunicações”. (E7)

Excerto 3: “Não sabia em que canais operavam as outras valências policiais”. (E8)

B – Categoria **Coordenação e Integração no policiamento** – nesta categoria encontram-se a percepção dos entrevistados sobre a unidade de ação entre os diversos intervenientes no policiamento do GE.

B1 – Subcategoria **Funcionamento das comunicações** - respeita à percepção dos entrevistados relativamente ao funcionamento das comunicações durante um GE.

Excerto 1: “Na Cimeira da PPUE no Porto em 2021 as comunicações não estavam bem articuladas e a informação não corria”. (E3)

Excerto 2: “Nos GE temos duas realidades antagónicas: informação dispersa que não chega a quem deve e informação redundante veiculada por vários intervenientes”. (E4)

Excerto 3: “Nos GE há diversas redes independentes e a informação delas não circula”. (E5)

B2 – Subcategoria **Integração entre valências policiais** – respeita à perceção dos entrevistados sobre a unidade de ação entre as componentes do policiamento.

Excerto 1: “Estive no policiamento do festival da Eurovisão da Canção e fiquei sem conhecimento do que se passava lá dentro relativamente às comitivas com SP”. (E1)

Excerto 2: “Não havia ligação às outras valências, ao meu nível”. (E5)

Excerto 3: “Muitas vezes não há comunicação com os motociclistas”. (E8)

B3 – Subcategoria **Posto de Comando Tático** - respeita à perceção dos entrevistados sobre o papel do PCT.

Excerto 1: “A informação sobre equipas do CSP era confirmada através do Oficial presente no PCT”. (E1)

Excerto 2: “É vantajoso criar um centro de comunicações local para gerir toda a informação das diversas redes”. (E5)

Excerto 3: “É preciso existir um centro de comunicações com os canais rádio definidos”. (E6)

B4 – Subcategoria **Estrutura de Comunicações** - respeita à perceção dos entrevistados sobre a necessidade de sistematização das comunicações.

Excerto 1: “À semelhança de outras valências é suposto/ desejável que as comunicações do CSP tenham uma estrutura consolidada para melhor gestão do efetivo”. (E2)

Excerto 2: “Falta estabelecer um maior planeamento de comunicações”. (E3)

Excerto 3: “Não existe um padrão de organização de comunicações”. (E8)

B5 – Subcategoria **Integração entre equipas do CSP** – respeita à perceção dos entrevistados sobre a unidade de ação entre as equipas do CSP.

Excerto 1: “Sabia apenas como as comunicações da minha equipa estavam organizadas”. (E3)

Excerto 2: “Os rádios eram usados apenas para comunicações internas da equipa de SP do PR”. (E4)

Excerto 3: “Não havia comunicações com o restante dispositivo de SP”. (E5)

C – Categoria **Meios de Comunicação** - nesta categoria encontra-se a perceção dos entrevistados sobre as formas de comunicação durante um GE.

C1 – Subcategoria **Utilização do rádio** - respeita à perceção dos entrevistados sobre a utilização do rádio nas comunicações no GE.

Excerto 1: “Para confirmar o ponto de acesso faço-o por rádio com a minha equipa”. (E4)

Excerto 2: “Para comunicações breves usámos o rádio”. (E5)

Excerto 3: “Dava as retas finais pelo rádio”. (E8)

C2 – Subcategoria **Utilização do telemóvel** - respeita à perceção dos entrevistados sobre a utilização do telemóvel nas comunicações no GE.

Excerto 1: “A comunicação com outras equipas de SP era feita pelo telefone”. (E4)

Excerto 2: “A articulação de grande volume de informação é feita por telemóvel”. (E5)

Excerto 3: “Se precisar coordenar-me com outra equipa de SP faço-o por telemóvel”. (E7)

C3 – Subcategoria **Cedência de rádio** - respeita à percepção dos entrevistados sobre a cedência de rádios entre valências durante o GE para comunicações.

Excerto 1: “Se precisasse comunicar com os batedores do Trânsito fazia-o através de rádio cedido por eles”. (E3)

Excerto 2: “Com os motociclistas é normal usar um rádio que eles nos cedem”. (E4)

Excerto 3: “Por hábito os batedores cedem-nos um rádio”. (E5)

C4 – Subcategoria **Aplicações online** – respeita à percepção dos entrevistados sobre a utilização de aplicações durante o GE para comunicações.

Excerto 1: “A coordenação entre equipas do CSP fazia-se também por aplicações online”. (E5)

Excerto 2: “Boa parte das indicações de coordenação que recebemos vem por *whatsapp*”. (E7)

Excerto 3: “Obtinha informação de outras equipas por *whatsapp*”. (E8)